

08. Direito

O TRATAMENTO DADO AO TEMA SAÚDE NAS LEIS ORGÂNICAS MUNICIPAIS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA (AMREC) À LUZ DO DISPOSTO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

HIJAZ, T. F., VIEIRA, R. S.

tailinehijaz@hotmail.com, prof.reginaldovieira@gmail.com

Palavras-chave: sem palavras

Introdução

A proteção da saúde é dever de todos os entes da Federação. De outro lado, entre as competências constitucionais dos Municípios, está a de elaborar a sua Lei Orgânica. Partindo dessas premissas, o objetivo geral cinge-se em analisar como as Leis Orgânicas dos Municípios da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) disciplinaram o tema saúde, tendo por referência as competências dos entes federativos previstas na CRFB/88. Os objetivos específicos são três: (a) estudar a positivação do direito à saúde no arcabouço jurídico nacional; (b) analisar as competências dos entes federativos previstas na Constituição Federal, em especial a prerrogativa do Município para elaborar a sua Lei Orgânica Municipal; e (c) investigar as Leis Orgânicas dos Municípios que compõem a AMREC, no que concerne ao tema saúde, à luz do que preceitua a Constituição Federal.

Metodologia

O método de abordagem utilizado foi o dedutivo. A primeira parte da pesquisa foi teórica - pois visou revisar a bibliografia específica e atualizada sobre os temas em análise, com aplicação da técnica de pesquisa bibliográfica e documental-legal. Já a segunda etapa, realizada no segundo semestre de 2012, foi qualitativa e consistiu no estudo das Leis Orgânicas dos Municípios que compõem a AMREC, frente ao disposto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 para o tema saúde. A pesquisa desenvolvida foi realizada junto ao Laboratório de Direito Sanitário e Saúde Coletiva da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com linha de pesquisa em "Estado, Políticas Públicas e Direito à Saúde".

Resultados e Discussão

Constatou-se que, atualmente, a saúde é entendida como um direito fundamental tutelado pela ordem jurídico-constitucional, e todos os entes da Federação estão constitucionalmente incumbidos de defendê-la, inclusive os Municípios (BRASIL, 2013-a; BRASIL, 2013-b; MENDES, COELHO, BRANCO, 2009). Nesse passo, a coleta de dados feita nas Leis Orgânicas Municipais revelou que de, uma forma geral, todos os onze municípios que foram analisados tratam da saúde/direito à saúde em suas Leis Orgânicas Municipais. Por fim, deve ser destacada a inserção, nos textos das Leis Orgânicas de Forquilha, Içara, Lauro Muller e Siderópolis, do princípio da participação popular em saúde, na esteira do prescrito na CRFB/1988 e de acordo com a concepção de República Participativa (PILATI, 2012; VIEIRA, 2013) que o texto constitucional de 1988 preceituou.

Conclusão

Com base nos resultados acima sumariados, considera-se que os objetivos firmados no início foram atingidos. Com efeito, durante a pesquisa realizou-se o estudo bibliográfico dos temas saúde e competência constitucional dos entes federativos. Outrossim, foi possível concluir que todos os Municípios da AMREC, em maior ou menor grau, cuidaram da saúde nas suas Leis Orgânicas. Inclusive, alguns foram além do preceituado na Constituição, por exemplo, prevendo mecanismos de participação popular e controle social, nas figuras dos Conselhos, Comissões e Conferências Municipais de Saúde, e promovendo, no âmbito municipal, a universalização do direito à saúde previsto na CRFB de 1988.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: Acesso em: 1 jan. 2013-a.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: . Acesso em: 2 jan. 2013-b.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2009.

PILATI, José Isaac. A propriedade e função social na pós-modernidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. A cidadania na República Participativa: pressupostos para a articulação de um novo paradigma jurídico e político para os conselhos de saúde. 540f. 2013. Tese (Doutorado em Direito) - PPGD-UFSC, Florianópolis, 2013.

Fonte Financiadora

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PIBIC/UNESC) - 2012/2013.

PROJETO DE EXTENSÃO SOLIDARIEDADE

ILIBIO, M. B., TRICHES, J., CECCONI, G.

mbilibio@unesc.net, jat@unesc.net, gicecconi@hotmail.com

Palavras-chave: direitos humanos, cidadania, extensão

Introdução

O Projeto de Extensão Solidariedade foi implantado no 2º semestre de 2009 na disciplina de Ciência Política do curso de Direito da Unesc, envolvendo os estudantes das três turmas de 1ª fase. Os acadêmicos visitam instituições sociais filantrópicas, comunitárias ou públicas de suas cidades, investigam seus problemas e realizam três tipos de intervenção. As ações educativas se traduzem em duas palestras, oficinas ou mini-cursos, que trabalham Direitos Humanos e Cidadania e outro tema de acordo com as especificidades do público atendido. A ação prática implica modificar algo concreto, desde a construção de um jardim até a implantação de uma biblioteca. A ação recreativa envolve desde um passeio ou trilha até jogos lúdicos. O objetivo do projeto é despertar a sensibilidade e a empatia dos estudantes universitários para as dificuldades enfrentadas por expressivos setores sociais, diante de uma realidade de exclusão, desigualdade e injustiça, tornando-os cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação social e política.

Metodologia

Adota-se a metodologia crítica e reflexiva, do conhecer, vivenciar, problematizar e agir, integrantes do processo ensino & aprendizagem, organizada em sete etapas. No primeiro mês de aula, os estudantes visitam as instituições, fazem um diagnóstico dos problemas, organizam-se em equipes, elegem os locais das suas intervenções e fazem o planejamento, definindo tarefas, prazos e responsabilidades. No segundo e terceiro mês de aula, o projeto é executado. No quarto mês, é elaborado relatório escrito e fotográfico de tudo o que foi realizado. Cada equipe, então, apresenta suas realizações aos colegas de turma, à professora e convidados.

Resultados e Discussão

Até o final de 2010, já tinham sido realizados 75 projetos em 72 instituições. Em 2011 e 2012, com o projeto aprovado em edital da Propex, 572

estudantes participaram, trabalhando 7.979 horas em 88 instituições, beneficiando 7.523 seres humanos. No primeiro semestre de 2013, o Solidariedade teve 154 acadêmicos participantes, que atuaram 2.619 horas em 21 instituições, atendendo 1.774 pessoas. O segundo semestre (2013) está em fase de visitas e diagnóstico.

Conclusão

Trabalhar simultaneamente dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão é possível e o projeto de extensão Solidariedade é uma evidência disso. O projeto dá oportunidade aos jovens estudantes do curso de Direito de estudarem, pesquisarem e vivenciarem as múltiplas realidades dos seres humanos atendidos pelas instituições sociais. O que resultará deste projeto, só o futuro dirá. Acredita-se, contudo, que ele contribua para a formação de seres humanos mais humanizados, conscientes, comprometidos com os direitos humanos e a cidadania, mais preparados para atuarem nas suas comunidades e mais criativos e transformadores da realidade econômica, política, social e cultural.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 11ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GORCZEWSKI, Clóvis: Direitos Humanos, Educação e Cidadania: conhecer, educar, praticar. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

Fonte Financiadora

O projeto de extensão Solidariedade é financiado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Unesc (PROPEX), de acordo com o edital nº 26/2012 – UNACSA, aprovado em 11 de março de 2013.

Oral - Relato Profissional

Direito

PROJETO DE EXTENSÃO SOLIDARIEDADE

TRICHES, J.

jat@unesc.net

Palavras-chave: direitos humanos, cidadania, extensão

Introdução

O Projeto de Extensão Solidariedade foi implantado no 2º semestre de 2009 na disciplina de Ciência Política do curso de Direito da Unesc, envolvendo os estudantes das três turmas de 1ª fase. Os acadêmicos visitam instituições sociais filantrópicas, comunitárias ou públicas de suas cidades, investigam seus problemas e realizam três tipos de intervenção. As ações educativas se traduzem em duas palestras, oficinas ou mini-cursos, que trabalham Direitos Humanos e Cidadania e outro tema de acordo com as especificidades do público atendido. A ação prática implica modificar algo concreto, desde a construção de um jardim até a implantação de uma biblioteca. A ação recreativa envolve desde um passeio ou trilha até jogos lúdicos. O objetivo do projeto é despertar a sensibilidade e a empatia dos estudantes universitários para as dificuldades enfrentadas por expressivos setores sociais, diante de uma realidade de exclusão, desigualdade e injustiça, tornando-os cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação social e política.

Metodologia

Adota-se a metodologia crítica e reflexiva, do conhecer, vivenciar, problematizar e agir, integrantes do processo ensino & aprendizagem, organizada em sete etapas. No primeiro mês de aula, os estudantes visitam as instituições, fazem um diagnóstico dos problemas, organizam-se em equipes, elegem os locais das suas intervenções e fazem o planejamento, definindo tarefas, prazos e responsabilidades. No segundo e terceiro mês de aula, o projeto é executado. No quarto mês, é elaborado relatório escrito e fotográfico de tudo o que foi realizado. Cada equipe, então, apresenta suas realizações aos colegas de turma, à professora e convidados.

Resultados e Discussão

Até o final de 2010, já tinham sido realizados 75 projetos em 72 instituições. Em 2011 e 2012, com o projeto aprovado em edital da Propex, 572

estudantes participaram, trabalhando 7.979 horas em 88 instituições, beneficiando 7.523 seres humanos. No primeiro semestre de 2013, o Solidariedade teve 154 acadêmicos participantes, que atuaram 2.619 horas em 21 instituições, atendendo 1.774 pessoas. O segundo semestre (2013) está em fase de visitas e diagnóstico.

Conclusão

Trabalhar simultaneamente dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão é possível e o projeto de extensão Solidariedade é uma evidência disso. O projeto dá oportunidade aos jovens estudantes do curso de Direito de estudarem, pesquisarem e vivenciarem as múltiplas realidades dos seres humanos atendidos pelas instituições sociais, O que resultará deste projeto, só o futuro dirá. Acredita-se, contudo, que ele contribua para a formação de seres humanos mais humanizados, conscientes, comprometidos com os direitos humanos e a cidadania, mais preparados para atuarem nas suas comunidades e mais criativos e transformadores da realidade econômica, política, social e cultural.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 11ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GORCZEVSKI, Clóvis: Direitos Humanos, Educação e Cidadania: conhecer, educar, praticar. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

Fonte Financiadora

O projeto de extensão Solidariedade é financiado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Unesc (PROPEX), de acordo com o edital nº 26/2012 – UNACSA, aprovado em 11 de março de 2013.

ASPECTOS DESTACADOS DO PERFIL DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL FEMININA EM CRICIÚMA-SC: UMA LEITURA DE GÊNERO SOBRE AS CARREIRAS CRIMINAIS, SOB O ENFOQUE DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

MARQUES, A. F., CORTINA, M. O. C., FRANCISCO, T. M. S., FURLANETTO, G. R.

aline_fernandesmarques@hotmail.com,
gabriel_rf@hotmail.com

monicamargo@uol.com.br,

mambosed@hotmail.com,

Palavras-chave: Reincidência criminal; gênero; reincidência feminina.

Introdução

Atualmente, inexistem dados oficiais a respeito das taxas de reincidência criminal no Brasil, oriundos dos órgãos responsáveis pelas estatísticas criminais, como o Departamento Penitenciário Nacional. Tal constatação é alarmante, pois impossibilita a criação de mecanismos apropriados para prevenção dos crimes e avaliação do cumprimento das funções da pena. Neste sentido, a pesquisa tem como intuito mensurar o fenômeno da reincidência no Presídio Santa Augusta, no município de Criciúma/SC, com ênfase na análise das motivações para a reincidência feminina. O propósito é identificar as peculiaridades da reincidência criminal feminina, sobre o conjunto de fatores de ordem social, cultural, econômica e outros que motivam ou contextualizam a reincidência criminal. (ESPINOZA, 2004, p.126).

Metodologia

A primeira etapa da investigação abrangeu o estudo bibliográfico, necessário para a compreensão teórica sobre os temas da pesquisa. Posteriormente, após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESC, foi feita a coleta de dados sobre as alegadas motivações da reincidência criminal junto às mulheres em situação de prisão que são reincidentes. Para tanto, foi empregada a técnica de grupos focais e realizadas entrevistas individuais semiestruturadas. Por fim, realizar-se-á a catalogação de dados sociodemográficos constantes em todos os processos judiciais transitados em julgado e das pastas dos arquivos prisionais daqueles que são reincidentes no Presídio Santa Augusta.

Resultados e Discussão

Os resultados teóricos indicam a existência de violência de gênero exercida pelas instituições prisionais brasileiras, pois esta foi projetada apenas

para a população masculina e não atende as especificidades de gênero (BUGLIONE, 2002, p. 130). Além disto, estatísticas preliminares apontam que o número de internos no presídio Santa Augusta é de 772 pessoas, sendo 705 homens e 67 mulheres. No que se referem à reincidência, eles somam um percentual de 22,84%; elas, 11,94%. Ocorre que, entre elas, todas são reincidentes específicas em crimes de tráfico ilícito de entorpecentes. Boa parte delas apontam que o envolvimento com o tráfico se deu pela dependência de substâncias entorpecentes que mantinham.

Conclusão

Conclui-se que a primeira prisão produziu estigmas e contribuiu para a reincidência, haja vista o relato comum das mulheres sobre o controle aproximado que são sujeitas por parte da polícia e da sociedade. As ações de tráfico de drogas não são vistas pelas mulheres sujeitas de pesquisa como ilícitas, mas como atividade normal de comércio. Os resultados apontam para a necessidade de implementação de políticas públicas de promoção ao trabalho, de geração de renda e de saúde direcionadas para o enfrentamento das peculiaridades do perfil das envolvidas no tráfico de drogas.

Referências Bibliográficas

BUGLIONE, Samantha. O dividir da execução penal: olhando mulheres, olhando diferenças. In: CARVALHO, Salo de (org.). Crítica à execução penal. Doutrina, jurisprudência e projetos legislativos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

ESPINOZA, Olga. A mulher encarcerada em face do poder punitivo. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

Fonte Financiadora

PIBIC/CNPq 2012/2013

ASPECTOS DESTACADOS DO PERFIL DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL FEMININA EM CRICIÚMA-SC: UMA LEITURA DE GÊNERO SOBRE AS CARREIRAS CRIMINAIS, SOB O ENFOQUE DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

MARQUES, A. F., CORTINA, M. O. C., FURLANETTO, G. R., FRANCISCO, T. M. S.

aline_fernandesmarques@hotmail.com,
mamboveda@hotmail.com

monicamargo@uol.com.br,

gabriel_rf_@hotmail.com,

Palavras-chave: Reincidência criminal; gênero; reincidência feminina.

Introdução

Atualmente, inexistem dados oficiais a respeito das taxas de reincidência criminal no Brasil, oriundos dos órgãos responsáveis pelas estatísticas criminais, como o Departamento Penitenciário Nacional. Tal constatação é alarmante, pois impossibilita a criação de mecanismos apropriados para prevenção dos crimes e avaliação do cumprimento das funções da pena. Neste sentido, a pesquisa tem como intuito mensurar o fenômeno da reincidência no Presídio Santa Augusta, no município de Criciúma/SC, com ênfase na análise das motivações para a reincidência feminina. O propósito é identificar as peculiaridades da reincidência criminal feminina, sobre o conjunto de fatores de ordem social, cultural, econômica e outros que motivam ou contextualizam a reincidência criminal. (ESPINOZA, 2004, p.126).

Metodologia

A primeira etapa da investigação abrangeu o estudo bibliográfico, necessário para a compreensão teórica sobre os temas da pesquisa. Posteriormente, após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESC, foi feita a coleta de dados sobre as alegadas motivações da reincidência criminal junto às mulheres em situação de prisão que são reincidentes. Para tanto, foi empregada a técnica de grupos focais e realizadas entrevistas individuais semiestruturadas. Por fim, realizar-se-á a catalogação de dados sociodemográficos constantes em todos os processos judiciais transitados em julgado e das pastas dos arquivos prisionais daqueles que são reincidentes no Presídio Santa Augusta.

Resultados e Discussão

Os resultados teóricos indicam a existência de violência de gênero exercida pelas instituições prisionais brasileiras, pois esta foi projetada apenas

para a população masculina e não atende as especificidades de gênero (BUGLIONE, 2002, p. 130). Além disto, estatísticas preliminares apontam que o número de internos no presídio Santa Augusta é de 772 pessoas, sendo 705 homens e 67 mulheres. No que se referem à reincidência, eles somam um percentual de 22,84%; elas, 11,94%. Ocorre que, entre elas, todas são reincidentes específicas em crimes de tráfico ilícito de entorpecentes. Boa parte delas apontam que o envolvimento com o tráfico se deu pela dependência de substâncias entorpecentes que mantinham.

Conclusão

Conclui-se que a primeira prisão produziu estigmas e contribuiu para a reincidência, haja vista o relato comum das mulheres sobre o controle aproximado que são sujeitas por parte da polícia e da sociedade. As ações de tráfico de drogas não são vistas pelas mulheres sujeitas de pesquisa como ilícitas, mas como atividade normal de comércio. Os resultados apontam para a necessidade de implementação de políticas públicas de promoção ao trabalho, de geração de renda e de saúde direcionadas para o enfrentamento das peculiaridades do perfil das envolvidas no tráfico de drogas.

Referências Bibliográficas

BUGLIONE, Samantha. O dividir da execução penal: olhando mulheres, olhando diferenças. In: CARVALHO, Salo de (org.). Crítica à execução penal. Doutrina, jurisprudência e projetos legislativos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

ESPINOZA, Olga. A mulher encarcerada em face do poder punitivo. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

Fonte Financiadora

PIBIC/CNPq 2012/2013

PROJETO DE EXTENSÃO SOLIDARIEDADE

CECCONI, G., TRICHES, J., ILIBIO, M. B.

gicecconi@hotmail.com, jat@unesco.net, mbilibio@unesco.net

Palavras-chave: Direitos humanos, cidadania, extensão

Introdução

O Projeto de Extensão Solidariedade foi implantado no 2º semestre de 2009 na disciplina de Ciência Política do curso de Direito da Unesc, envolvendo os estudantes das três turmas de 1ª fase. Os acadêmicos visitam instituições sociais filantrópicas, comunitárias ou públicas de suas cidades, investigam seus problemas e realizam três tipos de intervenção. As ações educativas se traduzem em duas palestras, oficinas ou mini-cursos, que trabalham Direitos Humanos e Cidadania e outro tema de acordo com as especificidades do público atendido. A ação prática implica modificar algo concreto, desde a construção de um jardim até a implantação de uma biblioteca. A ação recreativa envolve desde um passeio ou trilha até jogos lúdicos. O objetivo do projeto é despertar a sensibilidade e a empatia dos estudantes universitários para as dificuldades enfrentadas por expressivos setores sociais, diante de uma realidade de exclusão, desigualdade e injustiça, tornando-os cidadãos conscientes e comprometidos com a transformação social e política.

Metodologia

Adota-se a metodologia crítica e reflexiva, do conhecer, vivenciar, problematizar e agir, integrantes do processo ensino & aprendizagem, organizada em sete etapas. No primeiro mês de aula, os estudantes visitam as instituições, fazem um diagnóstico dos problemas, organizam-se em equipes, elegem os locais das suas intervenções e fazem o planejamento, definindo tarefas, prazos e responsabilidades. No segundo e terceiro mês de aula, o projeto é executado. No quarto mês, é elaborado relatório escrito e fotográfico de tudo o que foi realizado. Cada equipe, então, apresenta suas realizações aos colegas de turma, à professora e convidados.

Resultados e Discussão

Até o final de 2010, já tinham sido realizados 75 projetos em 72 instituições. Em 2011 e 2012, com o projeto aprovado em edital da Propex, 572

estudantes participaram, trabalhando 7.979 horas em 88 instituições, beneficiando 7.523 seres humanos. No primeiro semestre de 2013, o Solidariedade teve 154 acadêmicos participantes, que atuaram 2.619 horas em 21 instituições, atendendo 1.774 pessoas. O segundo semestre (2013) está em fase de visitas e diagnóstico.

Conclusão

Trabalhar simultaneamente dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão é possível e o projeto de extensão Solidariedade é uma evidência disso. O projeto dá oportunidade aos jovens estudantes do curso de Direito de estudarem, pesquisarem e vivenciarem as múltiplas realidades dos seres humanos atendidos pelas instituições sociais. O que resultará deste projeto, só o futuro dirá. Acredita-se, contudo, que ele contribua para a formação de seres humanos mais humanizados, conscientes, comprometidos com os direitos humanos e a cidadania, mais preparados para atuarem nas suas comunidades e mais criativos e transformadores da realidade econômica, política, social e cultural.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 11ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GORCZEWSKI, Clóvis: Direitos Humanos, Educação e Cidadania: conhecer, educar, praticar. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.

Fonte Financiadora

O projeto de extensão Solidariedade é financiado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Unesc (PROPEX), de acordo com o edital nº 26/2012 – UNACSA, aprovado em 11 de março de 2013.

Oral - Pesquisa

Direito

A TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO NA REGIÃO LITORÂNEA DO EXTREMO SUL CATARINENSE

PAGANINI, E., CAMPOS, J. B., PREVE, D. R.

eloisa_paganini@hotmail.com, jbi@unescc.net, drp@unescc.net

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Arqueológico; Direito Difuso; Legislação.

Introdução

O Estado de Santa Catarina caracteriza-se arqueologicamente por um legado cultural amplo, deixado por populações pretéritas que se deslocavam em diferentes espaços. A região do Extremo Sul de Santa Catarina é rica em testemunhos arqueológicos pré-históricos e vestígios de antigas culturas, porém, com a velocidade de ocupação dos ambientes onde se encontravam os sítios arqueológicos, os mesmos foram degradados.

O projeto visa estudar quatro núcleos populacionais específicos, quais sejam: Morro dos Conventos, Balneário Rincão, Araranguá e Criciúma, fazendo um levantamento na legislação do Estado de Santa Catarina e desses Municípios no que tange à promoção e proteção do patrimônio cultural arqueológico, que compõe parte da herança cultural deixada pelas gerações passadas para as futuras. É de suma importância tal levantamento, considerando que o tema em questão está amparado na Constituição Federal de 1988, caracterizado como direito difuso, cabendo ao Estado garantir o acesso à cultura, e juntamente com a coletividade, zelar pelo patrimônio cultural (art. 216, § 1º da Constituição Federal).

A pesquisa tem por objetivo analisar a existência de legislação e propor um arcabouço legal para aqueles municípios que não têm nenhuma norma regulando a proteção e promoção do patrimônio cultural arqueológico.

Metodologia

As atividades compreendem a pesquisa bibliográfica e de campo para verificar a área que os sítios arqueológicos se situam, e também a verificação da existência de legislações municipais que protejam e promovam o patrimônio cultural arqueológico.

Resultados e Discussão

Com o andamento da pesquisa, pretende-se verificar a complexidade e a importância do patrimônio cultural arqueológico. O estudo ainda não permite obtenção dos resultados definitivos da pesquisa científica, tendo em vista que a mesma encontra-se em andamento. No entanto, verifica-se que nos municípios estudados até o momento e que apresentam legislação de proteção ao patrimônio cultural arqueológico, não há a aplicação da mesma. Desta forma, constata-se a omissão das autoridades públicas competentes na aplicação e fiscalização das áreas de patrimônio arqueológico dos municípios.

Conclusão

Ao longo da pesquisa, pode-se observar que o direito brasileiro vem adotando vários instrumentos legais visando a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, sendo que a Constituição de 1934 foi a primeira que deu uma noção de patrimônio histórico (hoje patrimônio cultural) no Brasil.

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Juliano Bitencourt. Uso da terra e as ameaças ao patrimônio arqueológico na região litorânea dos municípios de Araranguá e Içara (atual município de Balneário Rincão), sul de Santa Catarina. Criciúma: Dissertação de Mestrado, 2010. 115 p.

CAMPOS, J. B.; et al. Arqueologia Entre Rios: Do Urussanga ao Mampituba, registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense. Cadernos do LEPAARQ. Ufpel. Pelotas. V. 10. Nº 20. 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MOURÃO, Henrique Augusto. Patrimônio cultural como um bem difuso: o direito ambiental brasileiro e

a defesa dos interesses coletivos por organizações não governamentais. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

OOSTERBEEK, Luiz. Direito ao Patrimônio para uma Gestão Integrada do Território. 4 v. 2011.

Poster - Extensão

Direito

ESPAÇO FÍSICO PARA O PRESÍDIO REGIONAL DE CRICIÚMA - SC**SANTOS, J. B.***juliabrehm9@hotmail.com**Palavras-chave: Arquitetura, espaço da prisão, reintegração a sociedade.***Introdução**

A Penitenciária tem finalidade de preparar o detento e abriga-lo, isolando-o do convívio com a sociedade até que possa ser reintegrado. O projeto e a execução de penitenciárias adequadas às necessidades de recuperação de detentos vêm sendo cada vez mais indispensáveis na inserção dos mesmos à sociedade.

Este projeto de extensão visa contribuir com o processo de inclusão dos detentos do Presídio Regional de Criciúma, no processo de retorno a sociedade através de uma estrutura espacial de uma sala de aula, um laboratório de informática e dois banheiros. E ainda, uma área destinada ao uso exclusivo dos agentes carcerários, sendo esta composta por refeitório, sala de descanso, alojamentos, feminino e masculino e quatro sanitários. Proporcionando maior conforto e segurança no desenvolvimento de suas atividades.

O processo de construção envolverá a mão de obras carcerária, por meio de processo de mutirão, envolvendo alunos bolsistas deste projeto de extensão, professores e coordenadores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNESC, contribuindo para que os detentos possam ter uma vida mais digna ao sair da prisão.

Metodologia

O desenvolvimento dos trabalhos acontece no Laboratório de Projetos do Curso de Arquitetura e Urbanismo, situado no Bloco D, envolvendo alunos e professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo e professores do Curso de Engenharia Civil.

Os trabalhos envolvem etapas de visitas ao presídio Regional de Criciúma, levantamentos de campo detalhado, levantamentos fotográficos, desenvolvimento do programa de necessidades, reuniões com os envolvidos, discussões e elaboração de propostas arquitetônicas com desenhos em meio digital, e a partir da definição das mesmas, produção de projetos complementares.

Resultados e Discussão

Este projeto de extensão contribuiu com uma etapa importante de entendimento do que é o espaço da prisão e da necessidade de proporcionar aos detentos novas oportunidades e perspectivas ainda enquanto isolados do convívio social. A fim de aumentar as chances de um ex-detento ser inserido no mercado de trabalho, contribuindo para o sustento de sua família e evitando ser novamente marginalizado.

Conclusão

Nesta última etapa realizada, o projeto conseguiu desenvolver, com a aplicação dos conhecimentos produzidos pelos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, um estudo preliminar e um projeto que satisfaz as necessidades expostas pela direção do Presídio Regional de Criciúma.

Referências Bibliográficas

1. ANDRADE, Vera Regina Pereira de: A ilusão de segurança jurídica- do controle da violência a violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 1997.
2. MELENDES, Adilson: Desenho Reproduz alternativa para unidades prisionais. Projeto design. Nº 317, 2006 , pg. 60-65

Fonte Financiadora

UNACET e PROPEX

Oral - Pesquisa

Direito

ATUAÇÃO DA REDE HOSPITALAR PÚBLICA E CONVENIADA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA (AMREC) SOBRE O DIREITO A ANTECIPAÇÃO TERAPÊUTICA DE PARTO DE FETO ANENCÉFALO, À LUZ DO QUE DECIDIU O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SERAFIM, J. G.

jhonata_goulart@hotmail.com

Palavras-chave: anencefalia, stf, direito, antecipação, terapêutica, parto

Introdução

No ano de 2004, o Supremo Tribunal Federal foi acionado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da saúde (CNTS) através de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54. Em síntese, a requerente desejava o reconhecimento do direito da escolha da gestante de feto diagnosticado com anencefalia de realizar a antecipação terapêutica do parto, sem a necessidade de autorização judicial, em face do entendimento de que esta prática seria caracterizada como aborto. Em 2012, aquela Egrégia Corte, por maioria, julgou procedente pedido.

Nesta toada, tendo como base a decisão proferida pelo Pretório Excelso, ficaram as seguintes provocações: quais os critérios adequados para constatação da anencefalia? Quais as normas legais existentes que versam sobre os anencéfalos? Como a rede hospitalar pública e conveniada dos municípios que compreendem a região AMREC vem procedendo em casos diagnosticados com tal anomalia?

Esta pesquisa tem, portanto, como objetivo geral analisar como a rede hospitalar pública e conveniada dos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) tem aplicado o direito de escolha da antecipação terapêutica de parto de feto anencéfalo, à luz do que decidiu o Supremo Tribunal Federal na ADPF 54? Como objetivos específicos: Estudar os direitos abordados na ADPF 54: direito à vida e à liberdade, previstos na Constituição Federal de 1988 e em outras normas, perceber aspectos importantes discutidos na decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sede da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54; observar no ordenamento jurídico pátrio os diplomas e disposições legais que versam sobre os anencéfalos e ao direito de escolha da antecipação terapêutica; identificar, através de entrevistas com

responsável geral e responsável pelo corpo clínico dos hospitais que compreendem a região da AMREC, como é tratado o direito de escolha da antecipação terapêutica; estabelecer um diálogo interdisciplinar entre o direito e a ciências da saúde.

Metodologia

Este estudo consistirá em uma pesquisa descritivo-exploratória e de campo, no qual pretende explorar como a rede hospitalar pública e conveniada dos municípios que compõem a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) vem aplicando o direito de escolha da gestante a antecipação terapêutica de parto de feto anencéfalo, à luz do que decidiu o Supremo Tribunal Federal na ADPF 54?

Basear-se-á em levantamento de dados coletados através da realização de entrevista semi-estruturados individual com cada responsável pelo corpo clínico e os responsáveis gerais dos hospitais respectivos. o trabalho terá as seguintes etapas: Primeira: parecer do comitê de ética da Unesc, entrega de ofício ao responsável pelo hospital; Segunda: contato direito com os sujeitos a serem entrevistados; Terceira: aprofundar pesquisa teórica; Quarta: realização das entrevistas; Quinta: análise dos dados levantados; Sexta: encerramento e produção de artigo científico.

Resultados e Discussão

A pesquisa está em andamento, o que impossibilita a apresentação de resultados e discussão acurada acerca do objetivo geral da pesquisa. Todavia, realizou-se até o momento: pesquisa doutrinária acerca de dois importantes direitos presentes na ADPF 54: o direito à vida do feto anencéfalo e o direito à liberdade sexual e gestacional da gestante; pequena síntese acerca do processo (ADPF 54) na suprema corte, com posicionamento dos ministros; e uma pequena reflexão histórica dos instrumentos

judiciais utilizados antes da decisão definitiva proferida pelo STF.

Conclusão

A pesquisa está em andamento. não há respostas aos objetivos propostos.

Referências Bibliográficas

Barroso, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2009.

Lenza, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 15 Ed. São Paulo: Saraiv: 2011.

Mezzaroba, Orides; Monteiro, Claudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2003

Silva, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros: 2011.

Fonte Financiadora

Trabalho realizado com o apoio da PROPEX - UNESC, através do Projeto de Pesquisa (Modelo PIC 170/2013).

Oral - Pesquisa

Direito

DIREITOS HUMANOS E FRATERNIDADE: UMA CONTRAPOSIÇÃO AO FENÔMENO DO BULLYING VERIFICADO EM ALUNOS MATRICULADOS EM 2012 NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA - SC.

SALEH, S. M., TEIXEIRA, L. X.

sheilamsaleh@hotmail.com, larissaxt@hotmail.com

Palavras-chave: direitos humanos, fraternidade, bullying.

Introdução

Os direitos humanos são diretrizes norteadoras dos direitos fundamentais e sociais assegurados aos cidadãos que, sob a tutela protetiva do Brasil, gozam de premissas tais quais de liberdade, igualdade, educação, segurança e saúde ? tudo envolto à garantia de uma vida plena e fraterna.

Em contrapartida, o bullying no ambiente escolar, como exteriorização de preconceito e discriminação entre pares, não deve ser visto pelos educadores como meros atos de indisciplina, mas sim como ações ou omissões violentas que furtam das vítimas o direito ao seu desenvolvimento educacional sadio.

Nesse sentido, destaca-se a relevância do tema, haja vista atribuir-se à fraternidade a capacidade de fortalecer o elo de humanidade e irmandade nas relações sociais, de modo que esta pesquisa objetiva relacionar a sua prática como forma de combate ao bullying e de consequente efetivação dos direitos humanos de estudantes.

Para tanto, pretende-se elucidar a fraternidade como princípio consagrado universalmente, bem como o processo de internalização dos Direitos Humanos no Brasil; pesquisar sobre o fenômeno do bullying, estudando sua conceituação, formas de incidência, tipos de violências envolvidas etc; e diagnosticar, mediante aplicação de questionário, o perfil do bullying verificado em alunos matriculados em 2012 nos nonos anos das escolas estaduais de Criciúma ? SC, relacionando os dados coletados, por fim, ao objetivo principal da pesquisa.

Metodologia

Trata-se de trabalho inicialmente bibliográfico, utilizando-se do método hipotético-dedutivo, com o fito de obter o fundamento teórico para o estudo. A fim de analisar a realidade do bullying escolar, segue-se de pesquisa de campo, com base em questionário de abordagens quantitativas e

qualitativas, aplicado, segundo o método de amostragem, em 315 alunos matriculados, em 2012, nos nonos anos das escolas estaduais do Município de Criciúma ? SC (no universo de 1486 estudantes).

Justifica-se a escolha do público-alvo com base em estudos realizados por Cleo Fante que, ao desenvolver uma pesquisa sobre bullying na região de São José do Rio Preto ? SP, em 2010, apontou que os agressores ?encontram-se na faixa etária entre 13 e 14 anos.? (FANTE, 2005, apud, CHALITA, 2008, p. 122).

Resultados e Discussão

Até o momento, realizou-se a fundamentação teórica da pesquisa, por meio de estudo bibliográfico. Ademais, procedeu-se à aplicação do questionário, cujo processo de tabulação dos dados está em fase de finalização.

Após as devidas análises, será concluída a elaboração do artigo científico, com a inserção das informações referentes à pesquisa de campo e das considerações finais acerca do tema.

Da pesquisa bibliográfica depreende-se que o princípio universal da fraternidade determina-se como pressuposto para a concretização da solidariedade horizontal entre as pessoas, capaz de combater atos de violência preconceituosa e discriminatória, como o bullying ? cujos efeitos atingem as vítimas de modo profundo e, muitas vezes, irreversível.

Conclusão

Com a divulgação dos resultados da pesquisa em eventos de iniciação científica e nas escolas estaduais do Município de Criciúma/SC, disponibilizando os seus dados, por derradeiro, à GERED e ao meio acadêmico-científico, pretende-se contribuir para a prevenção do bullying no âmbito das escolas criciumenses, atuando, também, como

incentivo para a criação de políticas públicas que visem assolar o fenômeno estudado, buscando a concretização da igualdade fraterna reservada como direito humano.

Referências Bibliográficas

CHALITA, Gabriel. Pedagogia da amizade - Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores. São Paulo: Gente, 2008.

Fonte Financiadora

A pesquisa compõe o Programa de Iniciação Científica - PIBIC / UNESC, referente ao período de agosto de 2012 a agosto de 2013, tendo recebido o fomento no valor de R\$775,00 (setecentos e setenta e cinco reais).

PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL: O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À CONVIVÊNCIA FAMILIAR SADI

FÁVERI, P. G., PIAZZA, M. A. S. L., SALEH, S. M., CANCELIER, M. C., CORTINA, M. O. C.

paulagalatto@hotmail.com, marcialp@engeplus.com.br, sheilamsaleh@hotmail.com, marianacancelier@hotmail.com, monicamargo@uol.com.br

Palavras-chave: Alienação parental, criança, adolescente, família

Introdução

A alienação parental, tema abordado no presente projeto de extensão, demonstra-se um assunto intrínseco à sociedade moderna, visto que, com o aumento do número de dissoluções de vínculos conjugais, a partir da segunda metade do século xx, e a discussão travada acerca de aspectos como o regime de guarda dos filhos e o direito de visitas, a mesma tornou-se um fenômeno de relevância social. Nesse sentido, a SAP é um transtorno psicológico desenvolvido por filhos de pais alienadores, os quais geralmente enfrentam ou enfrentaram a dissolução de um vínculo conjugal e agem de forma a impedir ou obstar o direito-dever do outro genitor em visitar o filho. Deste modo, acerca da SAP, conceitua dias (2010, p. 22-23): “[...] Consiste num processo de programar uma criança para que odeie um de seus genitores sem justificativa, de modo que a própria criança ingressa na trajetória de desmoralização desse mesmo genitor”. Todavia, cabe ressaltar que a SAP não se restringe ao liame pais e filhos, pois a mesma pode abranger ainda outros cuidadores. Desta maneira, a referida síndrome é capaz de provocar sequelas irreversíveis e que perduram por toda uma vida aos cônjuges alienador e ao alienado e, principalmente, aos filhos. Inclusive, consoante a dias (2010, p. 24), “[...] Promove vivências contraditórias da relação entre pai e mãe e cria imagens distorcidas das figuras paterna e materna, gerando um olhar destruidor e maligno sobre as relações amorosas em geral”. Ainda, a criança ou adolescente pode desenvolver outros conflitos de ordem emocional, tais como medo, insegurança, depressão, baixo rendimento escolar e, inclusive, inclinação ao álcool e às drogas. Com efeito, justamente pelos motivos supracitados, o presente projeto tem o fito de, além da difusão dos instrumentos jurídicos da lei da alienação parental, promover o conhecimento e a conscientização acerca da referida síndrome aos pais e mães que estão em processo de dissolução do vínculo conjugal, assistidos pela casa da cidadania do bairro próspera de Criciúma - SC. Visando-se, com isso, a convivência familiar saudável com seus filhos.

Metodologia

No que se refere à metodologia do projeto que ora se apresenta, cabe salientar que o estudo dos aspectos psicológicos da SAP, bem como da lei 12.318, foi realizado pelos acadêmicos extensionistas, sob supervisão e acompanhamento das professoras, através de obras disponíveis na biblioteca da UNESC e nos portais de periódicos. O desenvolvimento do material didático para a realização das atividades de extensão ao público-alvo, por sua vez, deu-se conjuntamente pela equipe do projeto. Cabendo ressaltar que o mesmo abarca vídeos, pôsteres, relatos de experiência, sendo transmitida a mensagem devida em tempo não superior a 45 (quarenta e cinco) minutos. No que concerne à fase de extensão propriamente dita, ocorre uma interação com o público-alvo, de forma a transmitir o conhecimento esperado por meio de apresentação e abrindo-se um espaço para debates com o mesmo. Desta maneira, as atividades de extensão são realizadas na casa da cidadania da do Bairro Próspera, nos períodos matutino e vespertino.

Resultados e Discussão

É notória a constante participação, identificação e interesse da comunidade local com o presente tema, uma vez que a partir do momento em que a mesma se conscientiza acerca da SAP, além de divulgar este conhecimento a outras pessoas, propõe-se a novas condutas, tanto com os seus filhos, bem como com os seus ex-companheiros, incitando-se, portanto, a boa convivência familiar.

Conclusão

Conseqüentemente, à medida que aumenta o número de pessoas atingidas pelo projeto, sendo que até o presente momento foram alcançadas trinta e cinco pessoas, sem mensurar o número de filhos, a comunidade passa a conhecer a síndrome, intervindo, portanto, o projeto educativamente sobre

um problema familiar que tanto atinge crianças e adolescentes da região.

Referências Bibliográficas

DIAS, Maria Berenice. Incesto e alienação parental: a realidade que a justiça insiste em não ver. 2 ed. Revista atual, amp. São paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 320 p.

Fonte Financiadora

UNA - CSA/ UNESC

ADOLESCÊNCIA E CIDADANIA: CONSTRUINDO E SOCIALIZANDO CONHECIMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/2006) COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO DE CRICIÚMA - SC

ALEXANDRE, A. D., CAMARGO, M. O., SAZAN, J. G., SALEH, S. M.

demetrio@outloo.com, monicamargo@uol.com.br, jessica_sazan@hotmail.com, sheilamsaleh@hotmail.com

Palavras-chave: violência de gênero, Direitos humanos, cidadania

Introdução

Conforme o Mapa da Violência (2012) em 71,8% dos casos, a violência contra as mulheres acontece na residência da vítima e em 43,4% ela é praticada por seus parceiros ou ex-parceiros. Neste sentido, há necessidade do rompimento da discriminação de gênero que permeia culturalmente a sociedade, difundindo os instrumentos legais de enfrentamento, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

Metodologia

A proposta do projeto é efetivada através de oficinas dialogadas com estudantes do 2º ano do ensino médio de escolas públicas da rede estadual de ensino, em parceria com a Gerência de Educação de Criciúma (GERED) e com a Diretoria de cada escola visitada. O projeto pretende visitar 8 (oito) escolas no ano de 2013. Até o mês de Agosto deste ano foram realizados encontros em 03 escolas, sendo estas: E. E. B. Padre Miguel Giacca, Centro de Educação Profissional CEDUP Abílio Paulo, E. E. B. Lindolfo Collor. As oficinas são semanais com cada grupo de estudantes, em encontros periódicos nos horários de aulas que são cedidos pelas escolas. Para tanto, elegeu-se as seguintes temáticas: cidadania, gênero e sexualidade, violência de gênero, Lei Maria da Penha e novos tipos de violência do século XXI. As oficinas são divididas em seis módulos: 1. Gênero, 2. Diversidade de Gênero e Cidadania; 3. Violência Doméstica e Familiar – Ciclo da Violência; 4. Lei Maria da Penha; 5. As novas formas de violência do século XXI; 6. Transformando Violência em Arte. A metodologia empregada no primeiro módulo é a exposição de situações-problemas do cotidiano dos adolescentes, oportunizando a reflexão e o debate sobre as mesmas. No módulo 02 são abordadas as diferenças entre gênero e sexualidade, incluindo também o preconceito e discriminação de gênero em atividades lúdicas, através de dinâmicas de grupos. Nos módulos 3 e 4 as oficinas pretendem diferenciar os tipos de violência de gênero (psicológica, física, moral, patrimonial e sexual),

com o intuito de desnaturaliza-las. Alia-se isto ao enfoque jurídico, explanando sobre a lei Maria da Penha e os direitos dela decorrentes. O quinto módulo trabalha acerca das novas violências do século XXI, tais como o cyberbullying. Finalmente, no módulo 6 há a proposta de realizar atividades artísticas sobre os temas explanados em sala de aula. Este último módulo aconteceu no dia 14 de agosto no CEDUP, onde vários estudantes apresentaram atividades artísticas, tais como: exposição fotográfica, vídeos, canções, dentre outras.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos foram a reflexão, debate e consequente conscientização dos jovens acerca da violência de gênero. Neste sentido, os estudantes percebem que o emprego da violência não é a solução para os problemas cotidianos, conhecem seus direitos e deveres para o exercício da cidadania e aprendem os meios para exercê-los em situações cotidianas. Em que pese aos inúmeros avanços para combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres, tais como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), constata-se entre os(as) adolescentes que existem ainda práticas de discriminação, persistindo assim a violência de gênero.

Conclusão

O projeto de extensão contribui de forma significativa para a mitigação desse tipo de violência entre os(as) adolescentes envolvidos, através de práticas extensionistas com emprego de dinâmicas, arte, cultura, diálogos e recursos audiovisuais.

Referências Bibliográficas

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, v. 20(2), p. 71-99, jul/dez, 1995.

SOUZA, Sérgio Ricardo. Comentários à lei de combate à violência contra a mulher. Curitiba, Brasil. BRASIL. Ministério da Saúde. Adolescentes e jovens para a educação entre pares: Gênero. Brasília – DF. Disponível em Acesso em: 15 abr. 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (org.). Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil. Disponível em: Acesso em: 15. mar. 2013.

Fonte Financiadora

Projeto financiado pelo Edital de Extensão da UNACSA/UNESC.

ADOLESCÊNCIA E CIDADANIA: CONSTRUINDO E SOCIALIZANDO CONHECIMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/2006) COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO DE CRICIÚMA - SC

ALEXANDRE, A. D., SALEH, S. M., SAZAN, J. G., CAMARGO, M. O.

demetrio@outloo.com, sheilamsaleh@hotmail.com, jessica_sazan@hotmail.com, monicamargo@uol.com.br

Palavras-chave: violência de gênero, direitos humanos, cidadania

Introdução

Conforme o Mapa da Violência (2012) em 71,8% dos casos, a violência contra as mulheres acontece na residência da vítima e em 43,4% ela é praticada por seus parceiros ou ex-parceiros. Neste sentido, há necessidade do rompimento da discriminação de gênero que permeia culturalmente a sociedade, difundindo os instrumentos legais de enfrentamento, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

Metodologia

A proposta do projeto é efetivada através de oficinas dialogadas com estudantes do 2º ano do ensino médio de escolas públicas da rede estadual de ensino, em parceria com a Gerência de Educação de Criciúma (GERED) e com a Diretoria de cada escola visitada. O projeto pretende visitar 8 (oito) escolas no ano de 2013. Até o mês de Agosto deste ano foram realizados encontros em 03 escolas, sendo estas: E. E. B. Padre Miguel Giacca, Centro de Educação Profissional CEDUP Abílio Paulo, E. E. B. Lindolfo Collor. As oficinas são semanais com cada grupo de estudantes, em encontros periódicos nos horários de aulas que são cedidos pelas escolas. Para tanto, elegeu-se as seguintes temáticas: cidadania, gênero e sexualidade, violência de gênero, Lei Maria da Penha e novos tipos de violência do século XXI. As oficinas são divididas em seis módulos: 1. Gênero, 2. Diversidade de Gênero e Cidadania; 3. Violência Doméstica e Familiar – Ciclo da Violência; 4. Lei Maria da Penha; 5. As novas formas de violência do século XXI; 6. Transformando Violência em Arte. A metodologia empregada no primeiro módulo é a exposição de situações-problemas do cotidiano dos adolescentes, oportunizando a reflexão e o debate sobre as mesmas. No módulo 02 são abordadas as diferenças entre gênero e sexualidade, incluindo também o preconceito e discriminação de gênero em atividades lúdicas, através de dinâmicas de grupos. Nos módulos 3 e 4 as oficinas pretendem diferenciar os tipos de violência de gênero (psicológica, física, moral, patrimonial e sexual),

com o intuito de desnaturaliza-las. Alia-se isto ao enfoque jurídico, explanando sobre a lei Maria da Penha e os direitos dela decorrentes. O quinto módulo trabalha acerca das novas violências do século XXI, tais como o cyberbullying. Finalmente, no módulo 6 há a proposta de realizar atividades artísticas sobre os temas explanados em sala de aula. Este último módulo aconteceu no dia 14 de agosto no CEDUP, onde vários estudantes apresentaram atividades artísticas, tais como: exposição fotográfica, vídeos, canções, dentre outras.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos foram a reflexão, debate e consequente conscientização dos jovens acerca da violência de gênero. Neste sentido, os estudantes percebem que o emprego da violência não é a solução para os problemas cotidianos, conhecem seus direitos e deveres para o exercício da cidadania e aprendem os meios para exercê-los em situações cotidianas. Em que pese aos inúmeros avanços para combater a violência doméstica e familiar contra as mulheres, tais como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), constata-se entre os(as) adolescentes que existem ainda práticas de discriminação, persistindo assim a violência de gênero.

Conclusão

O projeto de extensão contribui de forma significativa para a mitigação desse tipo de violência entre os(as) adolescentes envolvidos, através de práticas extensionistas com emprego de dinâmicas, arte, cultura, diálogos e recursos audiovisuais.

Referências Bibliográficas

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, v. 20(2), p. 71-99, jul/dez, 1995.

SOUZA, Sérgio Ricardo. Comentários à lei de combate à violência contra a mulher. Curitiba, Brasil. BRASIL. Ministério da Saúde. Adolescentes e jovens para a educação entre pares: Gênero. Brasília - DF. Disponível em Acesso em: 15 abr. 2012.

WAISELFISZ, Julio Jacobo (org.). Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil. Disponível em: Acesso em: 15. mar. 2013.

Fonte Financiadora

Projeto financiado pelo Edital de Extensão da UNACSA/UNESC.

Oral - Extensão

Direito

PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL: O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE À CONVIVÊNCIA FAMILIAR SÁDIA

SALEH, S. M., PIAZZA, M. A. S. L., CORTINA, M. O. C., FÁVERI, P. G., CANCELIER, M. C.

sheilamsaleh@hotmail.com, marcialp@engeplus.com.br, monicamargo@unesc.net, paulagalatto@hotmail.com, marianacancelier@hotmail.com

Palavras-chave: criança; adolescente; alienação parental

Introdução

A Alienação Parental, SAP, tema abordado no presente Projeto de Extensão, demonstra-se um assunto intrínseco à sociedade moderna, visto que, com o aumento do número de dissoluções de vínculos conjugais, a partir da segunda metade do século XX, e a discussão travada acerca de aspectos como o regime de guarda dos filhos e o direito de visitas, a mesma tornou-se um fenômeno de relevância social. O presente projeto tem o fito de, além da difusão dos instrumentos jurídicos da Lei da Alienação Parental, promover o conhecimento e a conscientização acerca da referida síndrome aos pais e mães que estão em processo de dissolução do vínculo conjugal, assistidos pela Casa da Cidadania do Bairro Próspera de Criciúma - SC. Visando-se, com isso, a convivência familiar saudável com seus filhos, bem como a proteção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes.

Metodologia

No que se refere à metodologia do projeto que ora se apresenta, cabe salientar que o estudo dos aspectos psicológicos da SAP, bem como da Lei 12.318 foi realizado pelos acadêmicos extensionistas, sob supervisão e acompanhamento das professoras, PRIMEIRA ETAPA através de obras disponíveis na biblioteca da UNESC e nos portais de periódicos. Etapa em que se fez um levantamento bibliográfico, estudo das obras e reuniões da equipe para debater o conteúdo estudado, em prol da construção do conhecimento acerca da Síndrome da Alienação Parental e da referida lei. O desenvolvimento do material didático para a realização das atividades de extensão ao público-alvo, por sua vez, por intermédio da elaboração de instrumentos pedagógicos, deu-se conjuntamente pela equipe do projeto. Cabendo ressaltar que o mesmo abarca vídeos, pôsteres, relatos de experiência, sendo transmitida a mensagem devida em tempo não superior a 45 (quarenta e cinco) minutos. No que concerne à fase

de extensão propriamente dita, ocorre uma interação com o público-alvo, de forma a transmitir o conhecimento esperado por meio de apresentação e abrindo-se um espaço para debates com o mesmo. Desta maneira, as atividades de extensão são realizadas na Casa da Cidadania da Próspera, nos períodos matutino e vespertino.

Resultados e Discussão

O projeto é pioneiro, em fase de realização das atividades de extensão, de grande relevância social e institucional, pois tem enfoque no assessoramento socioassistencial para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, filhos de pais separados, além de possuir um caráter regional. Com isso, é notória a constante participação, identificação e interesse da comunidade local com o presente tema, uma vez que a partir do momento que a mesma se conscientiza acerca da SAP, além de divulgar este conhecimento a outras pessoas, propõe-se a novas condutas tanto com seus filhos, bem como com os seus ex companheiros, incitando-se, portanto, a convivência familiar saudável. Consequentemente, à medida que aumenta o número de pessoas atingidas pelo projeto, a comunidade passa a conhecer a síndrome, intervindo o projeto educativamente sobre um problema familiar que tanto atinge crianças e adolescentes da região.

Conclusão

A SAP é um transtorno psicológico desenvolvido por filhos de pais alienadores, os quais geralmente enfrentam ou enfrentaram a dissolução de um vínculo conjugal e agem de forma a impedir ou obstar o direito-dever do outro genitor em visitar o filho. Com isso, vê-se frustrado o direito tanto de um dos pais quanto do filho no sentido de continuarem com uma convivência sadia, muito embora possa já não mais haver a coabitação. Essa é a relevância do projeto que ora se apresenta, pois as famílias enfrentam há muito tempo esse problema, cujas

consequencias afetam a todos, não somente a criança alienada.

Referências Bibliográficas

ESTEVAM, Chico. Síndrome da Alienação Parental - Questão de Responsabilidade. Disponível em: [sindrome-da-alienacao-parental-questao-deresponsabilidade/>](#). Acesso em: 10 fev.2013.

FREITAS, Douglas Phillips; PELLIZARO, Graciela. Alienação Parental: comentários à Lei 12.318/2010. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 20.

Fonte Financiadora

UNESC - Edital de Extensão Unacsa 2013